

Carlos Alberto Pereira de **CASTRO**  
João Batista **LAZZARI**

# MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

DE ACORDO COM A  
**REFORMA PREVIDENCIÁRIA**  
EC 103, DE 12.11.2019

**23<sup>a</sup>**  
edição

- Regime Geral e Regimes Próprios de Previdência Social
- Quadros-resumo dos benefícios previdenciários
- Quadros-resumo dos recursos processuais
- Índice alfabético-remissivo



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
Copyright © 2020 by  
**EDITORA FORENSE LTDA.**  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896  
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Aurélio Corrêa
- Data de fechamento: 22.11.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

C35m

Castro, Carlos Alberto Pereira de

Manual de Direito Previdenciário / Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. – 23. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8851-7

1. Previdência social – Legislação – Brasil. 2. Seguridade social – Legislação – Brasil. I. Lazzari, João Batista. II. Título.

19-61065

CDU: 349.3(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

1168020

# Sumário

Abreviaturas.....	XXXI
-------------------	------

## PARTE I

### INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<b>Capítulo 1 – O Estado e a proteção social ao trabalhador</b> .....	3
1.1 Prólogo.....	3
1.2 O surgimento da noção de proteção social.....	4
1.3 A mútua assistência e a caridade.....	5
1.4 A assistência social estatal.....	5
1.5 A formação do conceito de bem-estar social.....	6
1.6 Evolução da Previdência Social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge..	9
<b>Capítulo 2 – Fundamentos da Previdência Social</b> .....	15
2.1 A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa humana.....	15
2.2 A solidariedade social.....	17
2.3 A compulsoriedade da filiação.....	17
2.4 A proteção aos previdentes.....	18
2.5 A redistribuição de renda.....	18
2.6 O risco social.....	20
2.7 Da previdência à segurança social.....	20
<b>Capítulo 3 – Modelos de Previdência Social</b> .....	23
3.1 Sistemas contributivos e não contributivos.....	24
3.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização.....	25
3.3 Sistemas privados de previdência.....	25
3.4 O sistema de pilares.....	26
<b>Capítulo 4 – A evolução da proteção social no Brasil</b> .....	29
4.1 Primeiras regras de proteção.....	30
4.2 A Lei Eloy Chaves.....	30
4.3 Os institutos de classe.....	32
4.4 Da criação do INPS à Constituição de 1988.....	33
4.5 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social.....	35
4.6 A criação do INSS e as primeiras reformas.....	36
4.7 A Emenda Constitucional n. 20, de 1998.....	38
4.8 As Emendas Constitucionais ns. 41 e 47.....	41
4.9 A Emenda Constitucional n. 103, de 2019.....	42

<b>Capítulo 5 – O Direito Previdenciário.....</b>	<b>43</b>
5.1 Conceito e objeto de estudo.....	43
5.2 Autonomia científica.....	44
5.3 Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do Direito.....	45
5.4 Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito.....	46
5.5 Fontes do Direito Previdenciário.....	48
<b>Capítulo 6 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário.....</b>	<b>53</b>
6.1 Antinomias e critérios de solução.....	53
6.2 Lacunas do ordenamento e sua solução.....	54
6.3 Interpretação das normas.....	55
6.4 Vigência e eficácia das normas no tempo.....	56
6.5 Vigência e eficácia das normas no espaço.....	59
6.6 Acordos internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil.....	59
<b>Capítulo 7 – Princípios do Direito Previdenciário.....</b>	<b>69</b>
7.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário.....	69
7.2 Princípios constitucionais da Seguridade Social.....	71
7.3 Princípios específicos de custeio.....	73
7.4 Princípios específicos de Previdência Social.....	76
<b>Capítulo 8 – Regimes previdenciários.....</b>	<b>81</b>
8.1 O Regime Geral de Previdência Social – RGPS.....	81
8.2 Regimes de Previdência de servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.....	82
8.3 Regime Previdenciário Complementar.....	83
8.4 Regime dos Militares das Forças Armadas.....	87

## PARTE II

### A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

<b>Capítulo 9 – A organização da Seguridade Social.....</b>	<b>91</b>
9.1 Sistema Nacional de Seguridade Social.....	91
9.2 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	91
9.3 Gestão descentralizada.....	93
9.4 Conselho Nacional de Previdência – CNP.....	93
9.5 Conselhos de Previdência Social – CPS.....	95
9.6 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	96
9.7 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.....	97
9.8 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	98
9.9 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.....	101
<b>Capítulo 10 – Relação jurídica de custeio.....</b>	<b>105</b>
10.1 Definição da relação obrigacional.....	105
10.2 Autonomia da relação de custeio.....	106
10.3 Identidade com a relação obrigacional tributária.....	106
<b>Capítulo 11 – Contribuintes da Seguridade Social.....</b>	<b>109</b>
11.1 Segurados do Regime Geral de Previdência Social.....	110
11.2 Empresa e entidades equiparadas.....	111

11.3	Matrícula da empresa, do produtor rural pessoa física e do segurado especial .....	112
11.4	Empregador doméstico .....	113
11.5	Apostadores de concursos de prognósticos.....	114
<b>Capítulo 12</b>	<b>– Relação jurídica de Seguro Social .....</b>	<b>115</b>
12.1	Definição da relação de Seguro Social.....	115
12.2	Vinculação da relação previdenciária com a filiação .....	116
12.3	Natureza jurídica da relação de Seguro Social .....	119
<b>Capítulo 13</b>	<b>– Segurados do Regime Geral de Previdência Social .....</b>	<b>121</b>
13.1	Segurados – Definição.....	121
13.2	Segurados obrigatórios.....	121
13.2.1	Empregado urbano e rural .....	122
13.2.2	Empregado doméstico.....	133
13.2.3	Contribuinte individual .....	134
13.2.4	Trabalhador avulso .....	138
13.2.5	Segurado especial.....	139
13.3	Segurado facultativo .....	145
13.4	A menoridade e a filiação como segurado .....	146
13.5	Aposentado que retorna à atividade.....	147
<b>Capítulo 14</b>	<b>– Filiação dos segurados.....</b>	<b>149</b>
<b>Capítulo 15</b>	<b>– Manutenção e perda da qualidade de segurado.....</b>	<b>153</b>
<b>Capítulo 16</b>	<b>– Dependentes .....</b>	<b>159</b>
<b>Capítulo 17</b>	<b>– Inscrição dos segurados e dependentes .....</b>	<b>173</b>
17.1	Inscrição dos segurados .....	173
17.1.1	Inscrição de segurado <i>post mortem</i> .....	177
17.2	Inscrição de dependentes.....	180

### PARTE III

## CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

<b>Capítulo 18</b>	<b>– Sistema de financiamento da Seguridade Social .....</b>	<b>185</b>
18.1	Sistema contributivo.....	188
18.2	Participação da União.....	188
18.3	Contribuições sociais .....	189
18.3.1	Conceituação.....	189
18.3.2	Natureza jurídica.....	190
18.3.3	Características gerais.....	191
18.4	Outras receitas da Seguridade Social.....	193
<b>Capítulo 19</b>	<b>– Contribuições ao Sistema.....</b>	<b>195</b>
19.1	Salário de contribuição.....	195
19.2	Salário-base .....	197
19.3	Contribuição do segurado empregado, inclusive doméstico, e trabalhador avulso .....	198
19.4	Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo .....	203

19.5	Contribuições das empresas .....	210
19.5.1	Contribuição sobre a folha de pagamento .....	211
19.5.2	Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos.....	214
19.5.3	Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT.....	217
19.5.3.1	Fator Acidentário de Prevenção – FAP.....	219
19.5.3.2	Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial....	224
19.5.4	Contribuição sobre a receita e o faturamento .....	225
19.5.5	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS .....	226
19.5.6	PIS/PASEP .....	232
19.5.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	235
19.5.8	Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – O Simples Nacional.....	236
19.6	Contribuições do importador de bens e serviços do exterior .....	240
19.7	Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil.....	243
19.7.1	Conceito de obra de construção civil.....	244
19.7.2	Obrigações previdenciárias do sujeito passivo na obra de construção civil...	244
19.7.3	Aferição indireta das contribuições .....	247
19.7.4	Apuração de salário de contribuição contido em nota fiscal de serviço/ fatura .....	248
19.7.5	Apuração de salário de contribuição com base na área construída e no padrão da obra.....	248
19.7.6	Retenção na construção civil.....	249
19.8	Contribuição dos clubes de futebol profissional .....	249
19.9	Contribuição do empregador doméstico.....	251
19.10	Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	251
19.11	Contribuição do empregador rural pessoa jurídica.....	255
19.12	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos .....	256
19.13	Contribuições destinadas a terceiros .....	256
19.14	Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas – eSocial .....	258
19.15	Simples doméstico .....	261
19.16	A CTPS digital.....	261
<b>Capítulo 20</b>	<b>– Isenção/Imunidade das contribuições para a Seguridade Social .....</b>	<b>263</b>
20.1	Requisitos para a isenção/imunidade .....	265
20.2	Requerimento e deferimento da isenção/imunidade.....	268
20.3	Alcance da isenção/imunidade.....	269
20.4	Revisão da isenção/imunidade.....	269
<b>Capítulo 21</b>	<b>– Remissão e anistia.....</b>	<b>271</b>
<b>Capítulo 22</b>	<b>– Regras gerais de arrecadação e fiscalização.....</b>	<b>275</b>
22.1	Competência dos órgãos de arrecadação e fiscalização.....	275
22.2	Arrecadação e recolhimento das contribuições.....	276
22.3	Obrigações acessórias.....	280
22.4	Prerrogativas da fiscalização.....	289
22.5	Inadimplemento e acréscimos moratórios.....	291
22.6	Restituição de contribuições, compensação e reembolso de benefícios.....	295
22.6.1	Restituição de contribuições e compensação .....	295

22.6.2	Reembolso de benefícios.....	299
22.7	Parcelamento de débitos.....	300
<b>Capítulo 23 – Responsabilidade solidária e por substituição tributária.....</b>		<b>305</b>
23.1	Construção civil.....	306
23.2	Grupo econômico.....	308
23.3	Responsabilidade dos sócios e titulares.....	308
23.4	Tomador de serviços.....	309
23.5	Administradores públicos.....	312
23.6	Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	313
<b>Capítulo 24 – Decadência e prescrição das contribuições à Seguridade Social.....</b>		<b>315</b>
24.1	O conflito de normas: Lei de Custeio e CTN.....	316
24.2	A decadência na exigibilidade de contribuições.....	317
24.3	A prescrição do direito de cobrança dos créditos.....	319
24.4	Prescrição na restituição e compensação de contribuições.....	321
24.5	Prazo para pleitear a desconstituição de exigência fiscal.....	322
<b>Capítulo 25 – Prova de regularidade fiscal.....</b>		<b>323</b>
<b>Capítulo 26 – Processo administrativo fiscal.....</b>		<b>329</b>
26.1	Constituição do crédito da Seguridade Social.....	329
26.1.1	Notificação de Lançamento – NL.....	333
26.1.2	Auto de Infração – AI.....	336
26.1.3	Contencioso relativo a obrigações do Simples Nacional.....	338
26.2	Depósito recursal – Exigibilidade.....	338
<b>Capítulo 27 – Dívida ativa: inscrição e execução judicial.....</b>		<b>339</b>
<b>Capítulo 28 – Execução de contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho.....</b>		<b>357</b>
28.1	A responsabilidade pelos recolhimentos.....	367
28.2	Condição da União na lide trabalhista.....	371
28.3	Legislação aplicável.....	372
28.4	Créditos executáveis.....	372
28.5	As prerrogativas da União.....	375
28.6	Apuração do valor devido.....	376
28.7	O procedimento da execução.....	378
28.8	A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	382
<b>Capítulo 29 – Dos crimes contra a Previdência Social.....</b>		<b>385</b>
29.1	O Regime da Lei n. 9.983/2000.....	385
29.2	Apropriação indébita previdenciária.....	386
29.2.1	Inocorrência da <i>abolitio criminis</i> da conduta prevista no art. 95, <i>d</i> , da Lei n. 8.212/1991.....	390
29.2.2	Constitucionalidade.....	391
29.2.3	Tipo objetivo.....	391
29.2.4	Tipo subjetivo.....	392
29.2.5	Consumação e tentativa.....	392
29.2.6	Sujeito ativo.....	393
29.2.7	Sujeito passivo.....	394
29.2.8	Crime continuado.....	394

29.2.9	Ação penal .....	395
29.2.10	Extinção da punibilidade .....	396
29.2.11	Perdão judicial.....	398
29.2.12	Dificuldades financeiras.....	399
29.2.13	Princípio da insignificância .....	400
29.2.14	Prisão por dívida .....	402
29.3	Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	402
29.4	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações .....	403
29.5	Sonegação de contribuição previdenciária.....	403
29.6	Divulgação de informações sigilosas ou reservadas .....	405
29.7	Falsidade documental.....	405
29.8	Falsificação de documento público.....	406
29.9	Violação de sigilo funcional.....	406
29.10	Equiparação a funcionário público.....	406
29.11	Estelionato previdenciário.....	406

## PARTE IV

### PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

<b>Capítulo 30 – Introdução.....</b>	<b>411</b>
<b>Capítulo 31 – Concessão da prestação previdenciária.....</b>	<b>415</b>
31.1 Suspensão do benefício .....	418
31.2 Cancelamento do benefício .....	420
31.3 Processo administrativo previdenciário.....	425
Fluxograma do processo administrativo.....	439
<b>Capítulo 32 – Períodos de carência .....</b>	<b>445</b>
<b>Capítulo 33 – Cálculo do valor dos benefícios.....</b>	<b>457</b>
33.1 Salário de benefício e período básico de cálculo.....	457
33.1.1 Atividades concomitantes.....	463
33.1.2 Majorações decorrentes de sentença trabalhista.....	463
33.1.3 Fórmula de cálculo do salário de benefício da Lei n. 9.876/99 até a véspera da vigência da EC n. 103/2019.....	465
33.2 Fator previdenciário e sua revogação a partir da EC n. 103/2019 .....	465
33.3 Exclusão do fator previdenciário com base na Fórmula 95/85 progressiva.....	468
33.3.1 Exclusão do fator previdenciário em relação aos professores .....	470
33.4 Afastamento da incidência do fator previdenciário na parcela referente ao tempo de serviço especial.....	472
33.5 Renda mensal inicial.....	472
33.6 Valor-limite dos benefícios .....	476
33.7 Reafirmação da data de entrada do requerimento .....	476
<b>Capítulo 34 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios.....</b>	<b>479</b>
34.1 Aplicação do teto dos benefícios fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003.....	481
34.2 Primeiro reajuste após a concessão do benefício.....	483



34.3	Apuração da RMI do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II, da Lei n. 8.213, de 1991 .....	484
34.4	Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso – Tese do “melhor benefício” .....	486
34.5	Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício – “Tese de uma vida toda” .....	486
34.6	Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa .....	488
34.7	Utilização do tempo especial convertido para comum no coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade.....	489
34.8	Salário de benefício pela média dos 36 últimos salários de contribuição e não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n. 20/1998.....	490
34.9	Teses superadas .....	492
34.9.1	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988.....	492
34.9.2	Súmula n. 260 do extinto TFR.....	492
34.9.3	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.1988 e 5.4.1991 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/1991).....	493
34.9.4	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ...	494
34.9.5	Manutenção do valor real dos benefícios/equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos.....	494
34.9.6	Valor mínimo dos benefícios .....	495
34.9.7	Expurgos inflacionários .....	495
34.9.8	Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/1994 .....	495
34.9.9	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003 .....	496
34.9.10	Revisão da renda mensal da pensão por morte.....	496
34.9.11	Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/1995.....	497
34.9.12	Salário de benefício de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença – art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/1991.....	498
34.9.13	Desaposentação .....	498
34.9.14	Aplicação da variação da ORTN/OTN na atualização dos salários de contribuição dos benefícios concedidos antes da CF de 1988 .....	499
34.9.15	Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994.....	500
34.9.16	Inclusão do décimo terceiro como salário de contribuição para cálculo do salário de benefício .....	500
<b>Capítulo 35 – Pagamento dos benefícios.....</b>		<b>503</b>
35.1	Pagamento feito a terceiros.....	506
35.2	Intangibilidade do valor do benefício .....	507
35.3	Devolução de benefícios previdenciários recebidos por força de tutela provisória posteriormente revogada .....	510
35.4	Acumulação de benefícios .....	511
35.5	Abono anual .....	515
	Quadro-resumo – Abono anual.....	516
<b>Capítulo 36 – Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.....</b>		<b>517</b>
36.1	Evolução histórica da proteção acidentária.....	518
36.2	Conceito de acidente do trabalho .....	520
36.3	Doenças ocupacionais.....	523

36.4	Nexo causal e concausalidade.....	526
36.5	Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente.....	532
36.6	A Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT.....	533
36.7	Estabilidade do empregado acidentado.....	545
36.8	A ação regressiva previdenciária.....	548
<b>Capítulo 37</b>	<b>– Aposentadorias programáveis.....</b>	<b>551</b>
37.1	Aposentadoria e vínculo de emprego.....	552
37.2	Aposentadoria por idade.....	557
37.2.1	Aposentadoria compulsória dos empregados públicos.....	559
37.2.2	Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	560
37.2.3	Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008.....	565
37.2.4	Período de carência.....	566
37.2.5	Data de início do benefício.....	568
37.2.6	Renda mensal inicial.....	568
	Quadro-resumo – Aposentadoria por idade.....	570
37.3	Aposentadoria por tempo de serviço.....	572
37.3.1	Período de carência.....	572
37.3.2	Data de início do benefício.....	573
37.3.3	Renda mensal inicial.....	573
37.4	Aposentadoria por tempo de contribuição.....	573
37.4.1	Beneficiários.....	575
37.4.2	Período de carência.....	576
37.4.3	Data de início do benefício.....	577
37.4.4	Renda mensal inicial.....	577
37.4.5	Validade das novas regras de cálculo.....	578
	Quadro-resumo – Aposentadoria por tempo de contribuição.....	579
37.4.6	EC n. 103/2019 – Regras de transição em relação à aposentadoria por tempo de contribuição e por idade.....	581
37.5	Aposentadoria do professor.....	586
37.5.1	A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário.....	588
37.5.2	Conversão do tempo especial de professor em tempo comum.....	589
37.5.3	Regras de transição da aposentadoria dos professores.....	591
37.6	Aposentadoria especial.....	594
37.6.1	Beneficiários.....	600
37.6.2	Comprovação do exercício de atividade especial.....	601
37.6.3	Laudo técnico pericial.....	606
37.6.4	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).....	606
37.6.5	Nível do ruído.....	610
37.6.6	Período de carência.....	612
37.6.7	Data de início do benefício.....	612
37.6.8	Renda mensal inicial.....	613
37.6.9	Conversão do tempo de serviço/contribuição.....	613
37.6.10	Fator de conversão do tempo especial.....	616
37.6.11	A EC n. 103/2019 e as regras de transição para a aposentadoria especial....	616
	Quadro-resumo – Aposentadoria especial.....	617
37.7	Aposentadoria aos segurados com deficiência.....	621
37.7.1	Beneficiários.....	625
37.7.2	Período de carência.....	625

37.7.3	Renda mensal inicial.....	626
37.7.4	Data de início do benefício.....	626
37.7.5	Principais demandas relacionadas à aposentadoria da pessoa com deficiência.....	627
	Quadro-resumo – Aposentadoria aos segurados com deficiência.....	627
37.8	Aposentadoria dos segurados de baixa renda.....	629
37.9	Direito à desaposentação.....	629
37.10	Reapresentação com base em novo implemento de requisitos.....	632
<b>Capítulo 38</b>	<b>– Benefícios por incapacidade laboral.....</b>	<b>633</b>
38.1	Auxílio-doença.....	633
38.1.1	Perícia médica.....	636
38.1.2	Período de carência.....	644
38.1.3	Data de início do benefício.....	647
38.1.3.1	Data de início do benefício concedido judicialmente.....	648
38.1.4	Renda mensal inicial.....	650
38.1.5	Processo de reabilitação.....	652
38.1.6	Situação trabalhista.....	653
38.1.7	Cessação do benefício.....	655
	Quadro-resumo – Auxílio-doença.....	661
38.2	Aposentadoria por invalidez ou por incapacidade permanente.....	663
38.2.1	Período de carência.....	665
38.2.2	Data de início do benefício.....	666
38.2.3	Renda mensal inicial.....	667
38.2.4	Recuperação da capacidade de trabalho.....	670
38.2.5	Da possibilidade de transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade.....	673
	Quadro-resumo – Aposentadoria por invalidez/por incapacidade permanente.....	674
38.3	Auxílio-acidente.....	676
38.3.1	Beneficiários.....	676
38.3.2	Período de carência.....	678
38.3.3	Data de início do benefício.....	678
38.3.4	Renda mensal inicial.....	679
38.3.5	Suspensão e cessação do benefício.....	681
38.3.6	Manutenção do auxílio-acidente cumulado com aposentadoria de outro regime.....	681
	Quadro-resumo – Auxílio-acidente.....	682
<b>Capítulo 39</b>	<b>– Benefícios de proteção à família e à maternidade.....</b>	<b>685</b>
39.1	Pensão por morte.....	685
39.1.1	Requisitos para a concessão do benefício.....	686
39.1.2	Morte presumida.....	687
39.1.3	Direito à pensão quando o segurado esteja inadimplente com a Previdência.....	688
39.1.4	Habilitação de beneficiários.....	690
39.1.5	Pensão ao dependente vi�vo do sexo masculino.....	692
39.1.6	Existência simultânea de dependentes na condição de cônjuges, ex-cônjuges e companheiros.....	693
39.1.7	Comprovação da união estável e homoafetiva.....	694
39.1.8	A Lei n. 13.135/2015 e a limitação do acesso ao benefício.....	695
39.1.9	Direito à pensão do menor sob guarda.....	696

39.1.10	Direito à pensão do filho ou irmão inválido.....	697
39.1.11	Dependente universitário – Pensionamento até os 24 anos.....	698
39.1.12	Pensão em favor dos pais.....	698
39.1.13	A revogação do inciso IV do art. 16 e a existência de pessoa designada.....	698
39.1.14	Período de carência.....	699
39.1.15	Data de início do benefício.....	699
39.1.16	Renda mensal inicial.....	701
39.1.17	Cessação.....	703
39.1.18	Perda do direito � pensão por morte.....	706
39.1.19	Despens�o.....	706
Quadro-resumo – Pensão por morte.....		707
39.2	Auxílio-reclusão.....	711
39.2.1	Concessão do auxílio-reclusão para dependentes de segurados que superem o critério da baixa renda.....	715
39.2.2	Período de carência.....	716
39.2.3	Data de início do benefício.....	717
39.2.4	Beneficiários.....	717
39.2.5	Renda mensal inicial.....	717
39.2.6	Cessa�o e suspensão do benefício.....	718
Quadro-resumo – Auxílio-reclusão.....		719
39.3	Salário-maternidade.....	720
39.3.1	Período de carência.....	723
39.3.2	Dura�o do salário-maternidade.....	724
39.3.3	Prorroga�o do salário-maternidade por mais sessenta dias.....	727
39.3.4	Renda mensal inicial.....	728
39.3.5	Cessa�o do benefício.....	730
39.3.6	Extensão do salário-maternidade em caso de ado�o.....	730
Quadro-resumo – Salário-maternidade.....		732
39.4	Salário-família.....	733
39.4.1	Período de carência.....	735
39.4.2	Data de início do benefício.....	735
39.4.3	Renda mensal inicial.....	736
39.4.4	Perda do direito.....	736
Quadro-resumo – Salário-família.....		737
<b>Capítulo 40 – Benefícios Assistenciais.....</b>		<b>739</b>
40.1	Benefício de Presta�o Continuada ao Idoso e ao Deficiente – LOAS.....	739
40.1.1	Requisitos legais para a concessão do Benefício de Presta�o Continuada (BPC).....	739
40.1.2	Deficiência para fins de concessão do Benefício de Presta�o Continuada (BPC).....	740
40.1.3	Requisito econ�mico para fins de concessão do Benefício de Presta�o Continuada (BPC).....	742
40.1.4	Beneficiários.....	745
40.1.5	Data de início do benefício.....	746
40.1.6	Cessa�o do benefício.....	746
40.1.7	Acumula�o com outros benefícios.....	748
Quadro-resumo – Benefício de presta�o continuada da assistência social.....		748
40.2	Benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso.....	750
40.3	Auxílio-inclusão aos portadores de deficiência.....	751

<b>Capítulo 41 – Benefícios extintos</b> .....	753
41.1 Renda mensal vitalícia.....	753
41.2 Auxílio-natalidade.....	754
41.3 Auxílio-funeral.....	754
41.4 Pecúlio.....	754
41.5 Abono de permanência em serviço.....	755
41.6 Aposentadorias diferenciadas.....	755
<b>Capítulo 42 – Serviços</b> .....	757
42.1 Serviço Social.....	757
42.2 Habilitação e reabilitação profissional.....	757
<b>Capítulo 43 – Tempo de contribuição para fins previdenciários</b> .....	761
43.1 Prova do tempo de contribuição.....	767
43.2 Reconhecimento do tempo de filiação.....	770
43.3 Atividade rurícola e o regime de economia familiar.....	771
43.4 Aluno-aprendiz.....	777
43.5 Efeitos das decisões da justiça do trabalho perante o INSS.....	779
43.5.1 O art. 55 da Lei de Benefícios e o princípio de aptidão para a prova. A inconstitucionalidade pela afronta ao princípio da ampla defesa.....	781
43.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição.....	784
43.6.1 Requerimento de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC.....	788
43.7 Justificação administrativa.....	789
43.8 Cabimento da ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição.....	791
<b>Capítulo 44 – Prescrição e decadência em matéria de benefícios</b> .....	793
44.1 Prescrição do direito a prestações.....	793
44.2 A Lei n. 13.846/2019 e a violação aos direitos do pensionista menor, incapaz ou ausente.....	796
44.3 Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário.....	797
44.4 Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhecimento de tempo de con- tribuição.....	800
44.5 Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte.....	803
44.6 Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo.....	804
44.7 Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa.....	805
44.8 Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	806
44.9 Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência.....	809
<b>Capítulo 45 – Ações previdenciárias</b> .....	811
45.1 Competência para as ações previdenciárias.....	812
45.1.1 Prestações comuns previdenciárias.....	813
45.1.2 Competência federal delegada.....	813
45.1.3 Prestações acidentárias.....	815
45.1.4 Causas referentes ao benefício assistencial.....	816
45.1.5 Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência comple- mentar.....	816
45.1.6 Dano moral previdenciário.....	817
45.2 Prévio ingresso na via administrativa.....	820
45.3 Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal.....	822
45.3.1 Competência dos JEFs.....	824

45.3.2	Valor da causa.....	825
45.3.3	Renúncia.....	826
45.3.4	Legitimidade.....	827
45.3.5	Sentença líquida.....	828
45.3.6	Recursos.....	828
45.3.6.1	Recurso contra decisão que aprecia pedidos de liminares e de tutela provisória.....	830
45.3.6.2	Recurso contra sentença (recurso inominado).....	830
45.3.6.3	Incidente regional de uniformização de jurisprudência.....	832
45.3.6.4	Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PUIL)..	834
45.3.6.5	Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL) dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....	839
	Quadros-resumo dos recursos.....	843
45.3.7	Cumprimento da sentença.....	855
45.3.8	Aplicação da Lei dos JEFs em caso de delegação de competência.....	855
45.3.9	Nulidades.....	856
45.3.10	Custas e honorários advocatícios.....	856
45.4	O novo CPC e seus reflexos nos Juizados Especiais Federais.....	860
45.5	Pagamentos devidos pelo INSS.....	871
45.5.1	Evolução legislativa.....	871
45.5.2	Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	874
45.5.3	Pagamento por precatório.....	875
45.5.4	Complemento positivo.....	875
45.6	Idosos, portadores de doença grave e pessoas com deficiência.....	876
45.7	Coisa julgada previdenciária.....	877
45.8	Execução do julgado.....	881

## PARTE V

### REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

<b>Capítulo 46 – Introdução.....</b>	<b>887</b>
<b>Capítulo 47 – Histórico.....</b>	<b>893</b>
<b>Capítulo 48 – Aspectos gerais dos regimes próprios.....</b>	<b>897</b>
<b>Capítulo 49 – Principais pontos das reformas constitucionais.....</b>	<b>909</b>
<b>Capítulo 50 – Previdência complementar para servidores públicos.....</b>	<b>919</b>
<b>Capítulo 51 – Custeio dos regimes próprios.....</b>	<b>931</b>
<b>Capítulo 52 – Regras de aposentadoria dos regimes próprios.....</b>	<b>937</b>
52.1 Aposentadoria por incapacidade permanente.....	951
Quadros-resumo – Regras de aposentadoria por invalidez.....	955
52.2 Aposentadoria compulsória por idade.....	956
Regras – Aposentadoria compulsória (idade limite).....	960
52.3 Aposentadorias voluntárias.....	960
52.3.1 Regras aplicáveis aos RPPS dos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	964
Quadro-resumo – Regras sobre aposentadoria voluntária exclusivamente por idade.....	965

52.3.2	Aposentadoria voluntária “por idade e tempo de contribuição” .....	966
52.3.3	Regras de transição para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição .....	969
	Resumo – Aposentadorias voluntárias por idade e tempo de contribuição (regras do RPPS em geral, exceto a União).....	976
	Quadro-resumo – Regras vigentes, até que lei local disponha em contrário, para servidores estaduais, distritais e municipais: aposentadoria voluntária por idade mais tempo de contribuição .....	976
	Regras de transição .....	978
52.4	Aposentadorias especiais nos demais regimes próprios (exceto a União).....	981
	Quadro-resumo – Regras sobre aposentadoria especial nos RPPS (exceto RPPS da União)...	987
52.5	Tempo de contribuição nos regimes próprios.....	989
52.5.1	Contagem recíproca de tempo de contribuição .....	991
52.5.2	Contagens fictícias.....	998
52.6	Prazo para ação revisional de aposentadoria.....	998
52.7	Inconstitucionalidade da pena de cassação da aposentadoria.....	999
<b>Capítulo 53 – Pensão por morte, auxílio-reclusão e licenças de caráter previdenciário nos regimes próprios .....</b>		1001
53.1	Cálculo e reajustamento da pensão.....	1002
53.2	Pensão nos RPPS em geral (exceto o da União).....	1003
53.3	Regras de acumulação de pensão por morte com outros benefícios (válidas para todos os RPPS).....	1005
53.4	Rol de beneficiários e rateio da pensão (exceto para o RPPS da União).....	1007
53.5	Perda e cessação do direito à pensão.....	1012
	Regras – Pensão por morte (para todos os RPPS, exceto o da união).....	1014
53.6	Licenças-maternidade, paternidade e por adoção.....	1015
53.7	Licença para tratamento de saúde – comum e acidentária.....	1019
53.8	Auxílio-reclusão.....	1021
<b>Capítulo 54 – O regime próprio da União .....</b>		1023
54.1	A aposentadoria voluntária no RPPS da União – Regra geral.....	1024
54.2	Cálculo dos proventos de aposentadoria com base nas regras transitórias da Emenda n. 103, de 2019 .....	1025
54.3	Reajustamento dos benefícios do RPPS da União.....	1026
54.4	Regra geral transitória de aposentadoria voluntária no RPPS da União.....	1027
54.5	Regra transitória – Aposentadoria voluntária dos professores federais.....	1028
	Quadro aposentadorias no RPPS da União – Regra transitória geral e dos professores.....	1028
54.6	Aposentadoria dos policiais, agentes penitenciários e socioeducativos do âmbito federal.....	1028
	Quadro aposentadoria dos policiais e demais atividades de risco – RPPS da União (ambos os sexos) .....	1029
54.7	Regra transitória – Aposentadoria especial (exposição a agentes nocivos) no âmbito da União.....	1029
	Quadro regra transitória – Aposentadoria por exposição a agente nocivo no RPPS da União.....	1030
54.8	Aposentadoria do servidor portador de deficiência no RPPS da União.....	1030
54.9	As novas regras de transição para os servidores federais.....	1031
54.10	Regra de transição – Servidores federais em geral.....	1031
54.11	Regras de transição para professores de instituições federais.....	1034
54.12	Regra de transição para aposentadoria de servidores federais expostos a agentes nocivos.....	1034

54.13	Regras de transição para os policiais, agentes penitenciários e socioeducativos.....	1035
54.14	Abono de permanência no RPPS da União.....	1036
54.15	Pensão por morte no RPPS da União.....	1036
54.16	Critério de cálculo da pensão no âmbito da União – Regra geral.....	1038
54.17	Duração do pagamento da pensão a cada dependente.....	1039
54.18	Alteração da regulamentação infraconstitucional.....	1041
54.19	A questão do auxílio-reclusão no RPPS da União.....	1041
54.20	Efeitos práticos das alterações – nas pensões por morte – RPPS da União.....	1041
<b>Capítulo 55 – Reajustamento do Valor dos Benefícios.....</b>		<b>1043</b>

## PARTE VI

### TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<b>Capítulo 56 – A globalização e o Estado contemporâneo.....</b>		<b>1051</b>
<b>Capítulo 57 – As mudanças no direito comparado.....</b>		<b>1063</b>
<b>Capítulo 58 – A previdência brasileira e suas características.....</b>		<b>1071</b>
<b>Capítulo 59 – Perspectivas da Seguridade Social brasileira.....</b>		<b>1083</b>
59.1	Aprimoramento do atendimento ao público.....	1093
59.2	Maior comunicação da previdência com os segurados do INSS.....	1094
59.3	Censo previdenciário ou pesquisa de amostragem.....	1094
59.4	Combate à informalidade e adoção de medidas de inclusão previdenciária.....	1095
59.5	Pleito de inclusão, no ensino fundamental/médio, de conteúdos de discussão e informação sobre a Seguridade Social.....	1095
59.6	Criação de formas de maior controle de atividades profissionais, com a exigência de comprovação de regularidade de contribuições à Seguridade Social.....	1095
59.7	Campanha maciça para a conscientização da sociedade, no sentido de que a Previdência Social é um bem necessário.....	1096
59.8	Modernização da gestão da informação.....	1096
59.9	Comunicabilidade entre todos os cadastros de programas sociais e bancos de dados públicos.....	1096
59.10	Incremento da atuação na cobrança da dívida previdenciária e imprescritibilidade da cobrança de contribuições em casos de sonegação fiscal e apropriação indébita.....	1097
<b>Bibliografia.....</b>		<b>1103</b>

## ANEXOS

<b>Anexo 1 – Súmulas e Enunciados de interesse em matéria previdenciária.....</b>		<b>1115</b>
<b>Anexo 2 – Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários.....</b>		<b>1141</b>
<b>Índice Alfabético-Remissivo.....</b>		<b>1169</b>